



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141447 - PR (2021/0013352-2)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : JOAO LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ALIKAN ZANOTTI - PR023485  
BRUNA MONALIZA BARBOSA DE MELO - PR099196  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOAO LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0059.387-27.2020.8.16.0000).

O recorrente foi preso em flagrante com posterior conversão em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 306, 309, 303 §1º e 302 todos da Lei n. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Posteriormente, foi denunciado pela prática dos delitos previstos no artigo 306 da Lei n. 9.503/97; artigo 309 da Lei n. 9.503/97; artigo 121, *caput*, e 129, *caput*, ambos do Código Penal.

Sustenta que trata-se de suposto crime de homicídio culposo, o qual não autorizaria a decretação de prisão preventiva.

Acrescenta que seria primário, sem antecedentes criminais e que possuiria emprego e residência fixos.

Pondera que não estariam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 63/64):

*"[...]Todavia, ao exame dos autos e seu apenso, verifica-se que os elementos colhidos até o momento legitimam a segregação cautelar e que a mesma contém adequada fundamentação, em conformidade com os ditames constitucionais e observância dos mandamentos processuais penais.*

*O juízo de primeiro grau bem analisou a situação, entendendo necessária a segregação cautelar, para garantia da ordem pública, ressaltando a gravidade concreta do crime e periculosidade do agente para o meio social.*

*Assim, fundamentada em circunstâncias do caso*

concreto aptas a satisfazerem os requisitos legais (CPP arts 312 e 313), destacadamente a gravidade concreta da conduta criminosa (não a gravidade em abstrato como se alega), que demonstra afronta às regras elementares do bom convívio social e sua periculosidade revelada pelo , ofendendo o mais modus operandi precioso bem jurídico, ou seja, a vida.

Pois, como consta na decisão liminar:

“(...) além de o paciente realizar ultrapassagem em local proibido, conduzia o veículo embriagado e sem a devida habilitação, colidiu com outro veículo, ceifando a vida de uma pessoa e deixando outra lesionada, como bem destacou o meritíssimo Juiz de Direito Paulo Eduardo Marques Pequito na decisão vergastada (mov. 40.1), em acolhimento a manifestação (mov. 37.1) do ilustre Promotor de Justiça Noboru Fukace:

“Assim, dos elementos presentes nos autos é possível aferir a existência de um conjunto de circunstâncias - embriaguez aliada à ausência de habilitação e ultrapassagem local proibido -, que configuram, em tese, a ocorrência do dolo eventual apto a caracterizar o delito do art. 121 do CP.

Considerando a pena máxima abstratamente prevista, está suplantada a exigência do art. 313, inc. I, do CPP.

As circunstâncias em concreto demonstram que, inobstante sua primariedade, se trata de agente que agiu motivado por motivos egoísticos, tendo como índole a falta de respeito às regras de trânsito – criadas primordialmente para garantir a vida dos motoristas e pedestres das vias.

Pontue-se, por fim, que a prisão também se faz necessária quando as circunstâncias do delito indicam que a liberação do indiciado irá gerar descrédito da população para com relação à atuação da Justiça, com incremento do sentimento de impunidade e aparente tratamento de menor gravidade aos delitos ocorridos no trânsito.”.

Portanto, também não se mostra recomendável a aplicação de medidas diversas da prisão, uma vez que diante das peculiaridades do caso, são inadequadas e insuficientes.

[...]

Diante disso, o alegado constrangimento decorrente de suposta ilegalidade no decreto prisional inexistente,

*revelando-se insuficientes as circunstâncias favoráveis por diversas vezes frisadas pelo impetrante.*

*A prisão cautelar não agride qualquer princípio constitucional, sobretudo o da presunção de inocência, tratando-se de medida processual que visa a proteção social, com previsão na própria Carta Magna (artigo 5º, inciso LXI, da CF).*

*Destarte, impõe-se denegar a ordem impetrada."*

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência